



**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO
QUADRO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (IaaS) E PLATAFORMA
(PaaS) EM CLOUD NA ÁREA DA SAÚDE**

REF.ª UAQT2017001

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO



Índice

CAPÍTULO I - Disposições gerais	4
Artigo 1.º Identificação e objeto do concurso	4
Artigo 2.º Entidade pública adjudicante	4
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Artigo 4.º Concorrentes	5
Capítulo II – Peças do Procedimento	5
Artigo 5.º Esclarecimentos e retificações	5
Artigo 6.º Erros e Omissões do caderno de encargos.....	6
Capítulo III - Propostas	7
Artigo 7.º Modo e prazo para apresentação das propostas	7
Artigo 8.º Documentos que integram a proposta.....	8
Artigo 9.º Formulário “Anexo A”	10
Artigo 10.º Propostas variantes	10
Artigo 11.º Prazo de manutenção de propostas.....	10
Artigo 12.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	11
Capítulo IV - Análise das propostas.....	11
Artigo 13.º Análise das propostas.....	11
Artigo 14.º Motivos de exclusão das propostas.....	11
Artigo 15.º Relatório preliminar.....	11
Artigo 16.º Audiência prévia	12
Artigo 17.º Relatório final	12
Capítulo V – Adjudicação	12
Artigo 18.º Preço Base	12
Artigo 19.º Preço Anormalmente Baixo.....	14
Artigo 20.º Critério de adjudicação.....	14
Artigo 21.º Critério de desempate	25



Artigo 22.º	Notificação da Decisão e Adjudicação	26
Capítulo VI	- Habilitação	26
Artigo 23.º	Documentos de Habilitação	26
Artigo 24.º	Causas de não adjudicação	27
Capítulo VII	- Contratos	27
Artigo 25.º	Aceitação da Minuta do Contrato	27
Artigo 26.º	Reclamações da Minuta	27
Artigo 27.º	Outorga do Contrato	27
Capítulo VIII	- Disposições finais	28
Artigo 28.º	Entrada em vigor e divulgação dos Acordos Quadro	28
Artigo 29.º	Modalidade jurídica do agrupamento de selecionados	28
Artigo 30.º	Falsidade de Documentos e de Declarações	28
Artigo 31.º	Legislação Aplicável	28

CAPÍTULO I - Disposições gerais

Artigo 1.º Identificação e objeto do concurso

1. O Acordo Quadro resultante do presente procedimento disciplinará as relações contratuais futuras a estabelecer entre os prestadores de serviços e a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS, E.P.E.).
2. O presente concurso é designado como “Concurso público com publicação no JOUE para a celebração de Acordo Quadro para a prestação de serviços de Infraestrutura (IaaS) e Plataforma (PaaS) em Cloud na área da saúde”.
3. O presente concurso tem por objeto a seleção de cocontratantes para o Acordo Quadro para a prestação de serviços de Infraestrutura (IaaS) e Plataforma (PaaS) em Cloud na área da saúde.
4. O presente concurso encontra-se dividido em 6 (seis) lotes de serviço, constituídos da seguinte forma:
 - a) Categoria I - Prestação de serviços de Infraestrutura (IaaS)
 - I. Lote 1 – Prestação de serviços de Infraestrutura em *Cloud* Pública com *Disaster Recovery*
 - II. Lote 2 – Prestação de serviços de Infraestrutura em *Cloud* Pública sem *Disaster Recovery*
 - III. Lote 3 – Prestação de serviços de Infraestrutura em *Cloud* Privada com *Disaster Recovery*
 - IV. Lote 4 – Prestação de serviços de Infraestrutura em *Cloud* Privada sem *Disaster Recovery*
 - b) Categoria II - Prestação de serviços de Plataforma (PaaS)
 - I. Lote 5 – Prestação de serviços de Plataforma em Cloud Pública
 - II. Lote 6 – Prestação de serviços de Plataforma em Cloud Privada

Artigo 2.º Entidade pública adjudicante

A entidade pública adjudicante é a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., abreviadamente designada por SPMS, com sede na Avenida da República, n.º 61 , 1050-189 Lisboa, telefone 213 305 075 e telefax 210 048 159 e com o endereço eletrónico CCS_UAQT@spms.min-saude.pt.

Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da SPMS, na sua reunião de 29 de junho de 2017, no uso de competências próprias, conferidas pelo Decreto-Lei n.º 19/2010 de 22 de março, na

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

NUIMPC 509 540 716

Avenida da República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 213 305 075 | Fax: 210 048 159

redação dada pelo Decreto-Lei n.º 108/2011 de 17 de novembro.

Artigo 4.º Concorrentes

1. Podem ser concorrentes ao presente procedimento as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em qualquer uma das situações impeditivas previstas no artigo 55.º do CCP.
2. Podem ainda ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as entidades do agrupamento cumpram os requisitos legais exigidos para efeitos do presente procedimento.
3. Os membros de um agrupamento de concorrentes não podem ser concorrentes no mesmo lote, nem integrar outro agrupamento de concorrentes.
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

Capítulo II – Peças do Procedimento

Artigo 5.º Esclarecimentos e retificações

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri do Concurso designado pelo órgão que tomou a decisão de contratar.
2. Os esclarecimentos mencionados no número anterior e demais pedidos devem ser solicitados por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ao Júri do Concurso, através da plataforma eletrónica www.comprasnaude.pt.
3. Os esclarecimentos serão prestados, por escrito, pelo Júri do Concurso, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação www.comprasnaude.pt.

4. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior.
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação www.comprasnaude.pt e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos nos 2 a 4 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
7. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além dos prazos estabelecidos para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
8. Quando as retificações referidas, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros ou de omissões do Caderno de Encargos, nos termos do disposto no artigo seguinte, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
9. Por pedido fundamentado de qualquer interessado que venha a concorrer ao presente procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
10. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.
11. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º Erros e Omissões do caderno de encargos

1. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica

www.comprasnausaude.pt, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, nos termos previstos no artigo 61.º do CCP, os erros e as omissões do Caderno de Encargos detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
2. A apresentação da lista referida no n.º 1, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º4 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
 3. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados serão disponibilizadas através da plataforma eletrónica www.comprasnausaude.pt, pela SPMS, sendo todos os interessados imediatamente notificados daquele facto.
 4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
 5. A decisão prevista no número anterior é publicitada na plataforma eletrónica www.comprasnausaude.pt e junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados do facto.

Capítulo III - Propostas

Artigo 7.º Modo e prazo para apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta, constantes do artigo 8.º deste programa do procedimento, devem ser apresentados na plataforma eletrónica disponível em www.comprasnausaude.pt e assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
2. As propostas devem ser apresentadas até às 18h00 do dia 13 de novembro de 2017, em www.comprasnausaude.pt.
3. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, podendo apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

NUIMPC 509 540 716

Avenida da República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 213 305 075 | Fax: 210 048 159

4. Após submissão da proposta na plataforma www.comprasnausaude.pt, o concorrente deve efetuar a consulta e *download* do recibo comprovativo de submissão no “preview” do procedimento na pasta de “recibos” dando-lhe a garantia de submissão da proposta com sucesso.

Artigo 8.º Documentos que integram a proposta

1. A proposta deve ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:
- Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo I** ao presente programa de concurso.
 - Declaração na qual indique a experiência dos recursos em projetos de natureza semelhante, para o lote a que concorre, utilizando o modelo excel, **Anexo IV**, disponibilizado junto às peças do procedimento na plataforma eletrónica www.comprasnausaude.pt e cujo exemplo passamos a indicar:

Perfil do recurso	Objeto do projeto da prestação de serviços	Descrição do projeto da prestação de serviço	Data de início/fim (ano/mês)
[indicar perfil do recurso]	[indicar natureza do projeto]	[Descrição]	[data]
[...]	[...]	[...]	[...]

- Declaração na qual indique as certificações dos recursos do concorrente nas tecnologias propostas, para o lote a que concorre, utilizando o modelo excel, **Anexo V**, disponibilizado junto às peças do procedimento na plataforma eletrónica www.comprasnausaude.pt e cujo exemplo passamos a indicar:

Perfil do recurso	Tecnologia	Certificação	Nível/tipologia da certificação	Data da certificação
[indicar perfil do recurso]	[indicação da tecnologia proposta]	[indicação da certificação na tecnologia proposta]	[indicação do nível e tipologia da certificação proposta]	[data]
[...]	[...]	[...]	[...]	[...]



- d) Documento que contenha a descrição dos procedimentos metodológicos para controlo da qualidade, para o lote a que concorre, por cada fase nomeadamente set-up, reporte, phase-out e metodologia complementar.
 - e) Proposta de preço de acordo com o modelo excel, **Anexo III**, disponibilizado junto às peças do procedimento na plataforma eletrónica www.comprasnasaude.pt
 - f) Formulário “**Anexo A**”, melhor identificado no artigo seguinte, onde o concorrente deverá indicar os preços propostos.
 - g) Documento justificativo de preço anormalmente baixo, se aplicável.
 - h) Certidão permanente atualizada do concorrente ou de todos os membros do agrupamento concorrente.
 - i) Formulário do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, quando disponibilizado junto às peças de procedimento.
 - j) Declaração na qual os concorrentes indiquem o seu nome, número fiscal de contribuinte, número de bilhete de identidade ou do cartão do cidadão, data de início de atividade e domicílio ou, no caso de pessoa coletiva, a denominação social, número de pessoa coletiva e número de matrícula na conservatória do registo comercial, data de início de atividade, sede, filiais que interessem à execução do contrato, objeto social e nomes dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem.
2. Os documentos previstos no número anterior devem ser redigidos em língua portuguesa, sem prejuízo da possibilidade de apresentação de outros documentos em língua estrangeira, desde que acompanhados de respetiva tradução legalmente certificada.
3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no n.º 1 do presente artigo, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser junto à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.



Artigo 9.º Formulário “Anexo A”

1. O formulário “Anexo A” é parte integrante da proposta e está disponibilizado no sítio da internet: www.catalogo.min-saude.pt
2. Para preenchimento do Anexo A, o concorrente deverá estar registado no sítio da internet www.catalogo.min-saude.pt, o qual se conclui através de atribuição de login e password de acesso ao Cat@logo, sendo o registo gratuito, devendo contudo efetuar-lo até 5 dias antes do termo do prazo de entrega das propostas.
3. O formulário “Anexo A” é de preenchimento obrigatório online.
4. No formulário “Anexo A”, o concorrente deve:
 - a. Inscrever o preço unitário líquido dos bens que integram cada lote a que concorre, o qual constitui o único aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo Caderno de Encargos. Deve apenas ser indicado um único preço; e
 - b. Preencher os campos relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a SPMS, pretende que o concorrente se vincule.
5. Uma vez encriptado e submetido no sítio da internet www.catalogo.min-saude.pt, é gerado um ficheiro em formato pdf, o qual deverá ser anexado na plataforma eletrónica da Compras na Saúde.
6. O ficheiro pdf referido no n.º 5 do presente artigo deverá ser assinado digitalmente, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, e submetido na plataforma eletrónica da Compras na Saúde.
7. Encontra-se disponível no sítio da internet www.catalogo.min-saude.pt, no “Menu Informações”, um documento de ajuda ao seu preenchimento.
8. Após a publicação da lista de concorrentes, o concorrente deve enviar à SPMS a chave de encriptação do catálogo através do endereço eletrónico: catalogo@spms.min-saude.pt.

Artigo 10.º Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 11.º Prazo de manutenção de propostas

O prazo de obrigação de manutenção das propostas é de 120 dias.



Artigo 12.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica www.comprasnausaude.pt
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

Capítulo IV - Análise das propostas

Artigo 13.º Análise das propostas

As propostas são analisadas e ordenadas, de acordo com o critério de adjudicação definido no artigo 20.º do presente programa de concurso.

Artigo 14.º Motivos de exclusão das propostas

São excluídas as propostas cuja análise revele o previsto no artigo 146º do CCP.

Artigo 15.º Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação às mesmas do critério de adjudicação, o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação dos concorrentes.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri deve também propor a exclusão das propostas ao abrigo do n.º 2 do artigo 146º do disposto no CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos

termos do artigo 72º do CCP.

Artigo 16.º Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 17.º Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

Capítulo V – Adjudicação

Artigo 18.º Preço Base

- Os preços base por lote possuem uma base mensal e encontram-se decompostos da seguinte forma:

Lote	Descrição do lote	Serviço	Preço Base	
1	Prestação de serviços de Infraestrutura em Cloud Pública com Disaster Recovery	Infraestrutura	Pacote Base ^{1*}	750,00 €
			1GB RAM*	63,00 €
			1TB Storage*	450 €
			1 vCPU*	210 €
2	Prestação de serviços de Infraestrutura em Cloud Pública sem Disaster Recovery	Infraestrutura	Pacote Base ^{1*}	250,00 €
			1GB RAM*	21,00 €
			1TB Storage*	150 €
			1 vCPU*	70 €
3	Prestação de serviços de Infraestrutura em Cloud Privada com Disaster Recovery	Infraestrutura	Pacote Base ^{1*}	3000,00 €
			1GB RAM*	252,00 €
			1TB Storage*	1800,00 €
			1 vCPU*	840,00 €
4	Prestação de serviços de Infraestrutura em Cloud Privada sem Disaster Recovery	Infraestrutura	Pacote Base ^{1*}	1000,00 €
			1GB RAM*	84,00 €
			1TB Storage*	600,00 €
			1 vCPU*	280,00 €

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

NUIMPC 509 540 716

Avenida da República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 213 305 075 | Fax: 210 048 159



Lote	Descrição do lote	Serviço	Preço Base	
5	Prestação de serviços de Plataforma em <i>Cloud</i> Pública	Plataforma	Pacote Base ^{2*}	1500,00 €
			1TB Storage*	150,00 €
			Preço hora/homem de serviços de gestão de bases de dados **	39,00 €
			Preço hora/homem de serviços de gestão de sistemas operativos **	39,00€
6	Prestação de serviços de Plataforma em <i>Cloud</i> Privada	Plataforma	Pacote Base ^{2*}	6000,00 €
			1TB Storage*	600,00 €
			Preço hora/homem de serviços de gestão de bases de dados **	39,00 €
			Preço hora/homem de serviços de gestão de sistemas operativos **	39,00€

¹ O valor apresentado refere-se a um pacote base mínimo para aquisição que inclui um valor compreendido no intervalo [7;8] GB RAM, 1vCPU e 1TB de *Storage*

² O valor apresentado refere-se a um pacote base mínimo para aquisição que inclui 1TB de *Storage*

* O valor apresentado é um valor mensal

** O valor apresentado refere-se ao preço hora/homem

2. Os preços base definidos são compostos por um pacote base, que se encontra representado nos lotes 1, 2, 3 e 4 que inclui um valor compreendido no intervalo [7;8] GB RAM, 1TB *Storage* e 1vCPU, e nos lotes 5 e 6 representado por 1TB de *Storage*, e adicionalmente, pelo valor das componentes unitárias.

3. Ao valor unitário de cada pacote base referidos no ponto 2 do presente artigo, acrescem os valores unitários (adicionais) por componente no fator, que devem ter em consideração os intervalos referidos para cada um, no critério de adjudicação, com a respetiva ponderação.



Artigo 19.º Preço Anormalmente Baixo

Considera-se que o preço total resultante de uma proposta de serviços, para o lote a que concorre, é anormalmente baixo quando seja 70% (setenta por cento) ou mais inferior ao preço base indicado por componente no fator respeitante a cada lote.

Artigo 20.º Critério de adjudicação

- 1) O critério de adjudicação definido é o da proposta economicamente mais vantajosa, sendo a adjudicação efetuada por lote.
- 2) Serão adjudicadas, por lote todas as propostas, cuja análise não revele o previsto no artigo 146º do CCP.
- 3) O critério de adjudicação definido será avaliado da seguinte forma:

Fator de Avaliação	Ponderadores dos fatores	Subfatores de avaliação	Ponderadores dos subfatores	Total dos subfatores
(1) Procedimentos metodológicos da qualidade	60%	(1.1) Cumprimento dos requisitos mínimos especificados no Caderno de Encargos	10%	100%
		(2.2) Número de recursos com experiência em projetos de de natureza semelhante	10%	
		(2.3) Número de recursos com certificações nas tecnologias propostas	10%	
		(2.4) Metodologia da proposta	70%	
(2) Preço	40%	n/a	100%	
Total	100%			

A classificação final de cada proposta é obtida através da seguinte expressão:

$$\text{Critério de adjudicação (CA)} = (\text{Fator 1} \times 0,60) + (\text{Fator 2} \times 0,40)$$

Os arredondamentos serão feitos à 2ª casa decimal.

1) FATOR 1 – PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS DA QUALIDADE

O fator de avaliação 1 – Procedimentos metodológicos da qualidade, avalia a metodologia da proposta, sendo transversal a todos os lotes:

Fator de Avaliação	Ponderadores dos fatores	Subfatores de avaliação	Ponderadores dos subfatores
(1) Procedimentos metodológicos de qualidade	60%	(1.1) Cumprimento dos requisitos mínimos especificados no Caderno de Encargos	10%
		(1.2) Número de recursos com experiência em projetos de de natureza semelhante	10%
		(1.3) Número de recursos com certificações nas tecnologias propostas	10%
		(1.4) Metodologia da proposta	70%

A pontuação deste fator será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator 1} = (1.1 \times 0,10) + (1.2 \times 0,10) + (1.3 \times 0,10) + (1.4 \times 0,70)$$

(1.1) Subfator - Cumprimento dos requisitos mínimos especificados no caderno de encargos:

O subfactor de avaliação 1.1 – cumprimento dos requisitos mínimos especificados no caderno de encargos traduz-se na demonstração, para o lote a que se candidata, do cumprimento dos requisitos mínimos da prestação de

serviços, segundo a tabela exemplificada a seguir:

Subfator de avaliação	Ponderador	Escala de avaliação	Pontuação
(1.1) Cumprimento dos requisitos mínimos especificados no caderno de encargos	10%	Cumprimento de todos os requisitos	100

A pontuação neste subfactor terá um valor atribuído de acordo com a tabela acima referida (1.1 = pontuação)

(1.2) Subfator – Número de recursos com experiência em projetos de natureza semelhante:

O subfactor de avaliação 1.2 - número de recursos com experiência em projetos de natureza semelhante traduz-se na avaliação do número de recursos com experiência em projetos de natureza semelhante, para o lote a que concorre, segundo a tabela exemplificada a seguir:

Subfator de avaliação	Ponderador	Escala de avaliação	Pontuação
(1.2) Número de recursos com experiência em projetos de natureza semelhante	10%	Demonstração da existência de mais de 5 recursos com experiência em projetos de natureza semelhante	100
		Demonstração da existência de até 5 recursos com experiência em projetos de natureza semelhante	75
		Demonstração da existência de até 4 recursos com experiência em projetos de natureza semelhante	50
		Demonstração da existência de até 3 recursos com experiência em projetos de natureza semelhante	25
		Nenhuma demonstração da existência de recursos com experiência em projetos de natureza semelhante	0

A pontuação neste subfactor terá um valor atribuído de acordo com a tabela acima referida (1.2 = pontuação)

(1.3) Subfactor – Número de recursos com certificações nas tecnologias propostas

O subfactor de avaliação 1.3 - número de recursos com certificações nas tecnologias propostas traduz-se na avaliação dos recursos com certificações, para o lote a que concorre, de acordo com a seguinte tabela:

Subfactor de avaliação	Ponderador	Escala de avaliação	Pontuação
(1.3) Número de recursos com certificações nas tecnologias propostas	10%	Mais de 10 recursos certificados nas tecnologias propostas	100
		Até 10 recursos certificados nas tecnologias propostas	50
		Até 4 recursos certificados nas tecnologias propostas	25
		Nenhum recurso certificado nas tecnologias propostas	0

A pontuação neste subfactor terá um valor atribuído de acordo com a tabela acima referida (1.3 = pontuação)

(1.4) Subfactor – Metodologia da proposta

O subfactor de avaliação 1.4 – Metodologia da proposta, traduz-se na apresentação, para o lote a que concorre, da metodologia proposta, incluindo a especificação dos subfactores de *set-up* (1.4.1), *reporte* (1.4.2), *phase-out* (1.4.3) e metodologia complementar (1.4.4), segundo a tabela exemplificada a seguir:

Subfactor de avaliação	Ponderador	Subfactor	Ponderador
(1.4) Metodologia	100%	<i>Set-up</i> (1.4.1)	25%
		<i>Reporte</i> (1.4.2)	40%



da proposta		<i>Phase-out</i> (1.4.3)	25%
		Metodologia complementar (1.4.4)	10%

A pontuação deste fator será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Subfator (1.4)} = (1.4.1 \times 0,25) + (1.4.2 \times 0,40) + (1.4.3 \times 0,25) + (1.4.4 \times 0,10)$$

(1.4.1) Subfator – Set-up

O subfactor de avaliação 1.4.1, permite a especificação, para o lote a que concorre, da metodologia aplicada ao *set-up* do serviço (Configuração do serviço, disponibilização de API's para integração com sistemas existentes, manuais de utilizador, documentação técnica, etc.) de acordo com a seguinte tabela:

Subfator	Ponderador	Escala de avaliação	Pontuação
(1.4.1) <i>Set-up</i>	25%	A metodologia é apresentada de forma detalhada, explicando claramente todos os procedimentos, atividades, resultados, competências, responsabilidades ou interdependências, que eventualmente a constituam, concretizando com exemplos adequados, a forma como se desenvolve o projeto, incluindo observações na sua abordagem	100
		A metodologia é apresentada de forma detalhada, estando bem estruturada, especificando claramente a maioria dos procedimentos, atividades, resultados, competências, responsabilidade ou interdependências que eventualmente a constituam	75
		A metodologia apresentada, bem como as suas diversas componentes, é descrita de forma geral, embora bem estruturada	50
		A metodologia apresentada é descrita de forma geral, não permitindo um entendimento claro sobre os procedimentos, atividades, resultados, competências, responsabilidades ou interdependências que eventualmente a constituam	25

A pontuação neste subfator terá um valor atribuído de acordo com a tabela acima referida (1.4.1 = Pontuação)

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

NUIMPC 509 540 716

Avenida da República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 213 305 075 | Fax: 210 048 159

(1.4.2) Subfator – Reporte

O subfator de avaliação 1.4.2, permite a especificação, para o lote a que concorre, da metodologia aplicada ao reporte do serviço (Suporte ao cliente, alterações ao serviço, gestão contratual, procedimentos de gestão, *reporting*, etc), de acordo com a seguinte tabela:

Subfator	Ponderador	Escala de avaliação	Pontuação
(1.4.2) Reporte	40%	A metodologia é apresentada de forma detalhada, explicando claramente todos os procedimentos, atividades, resultados, competências, responsabilidades ou interdependências, que eventualmente a constituam, concretizando com exemplos adequados, a forma como se desenvolve o projeto, incluindo observações na sua abordagem	100
		A metodologia é apresentada de forma detalhada, estando bem estruturada, especificando claramente a maioria dos procedimentos, atividades, resultados, competências, responsabilidade ou interdependências que eventualmente a constituam	75
		A metodologia apresentada, bem como as suas diversas componentes, é descrita de forma geral, embora bem estruturada	50
		A metodologia apresentada é descrita de forma geral, não permitindo um entendimento claro sobre os procedimentos, atividades, resultados, competências, responsabilidades ou interdependências que eventualmente a constituam	25

A pontuação neste subfator terá um valor atribuído de acordo com a tabela acima referida (1.4.2 = Pontuação)

(1.4.3) Subfator – *Phase-out*

O subfator de avaliação 1.4.3, permite a especificação, para o lote a que concorre, da metodologia aplicada ao

SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

NUIMPC 509 540 716

Avenida da República, nº 61 | 1050-189 Lisboa | Tel.: 213 305 075 | Fax: 210 048 159

phase-out do serviço (Transferência do serviço, integração com o novo fornecedor, etc), de acordo com a seguinte tabela:

Subfator	Ponderador	Escala de avaliação	Pontuação
(1.4.3) <i>Phase-out</i>	25%	A metodologia é apresentada de forma detalhada, explicando claramente todos os procedimentos, atividades, resultados, competências, responsabilidades ou interdependências, que eventualmente a constituam, concretizando com exemplos adequados, a forma como se desenvolve o projeto, incluindo observações na sua abordagem	100
		A metodologia é apresentada de forma detalhada, estando bem estruturada, especificando claramente a maioria dos procedimentos, atividades, resultados, competências, responsabilidade ou interdependências que eventualmente a constituam	75
		A metodologia apresentada, bem como as suas diversas componentes, é descrita de forma geral, embora bem estruturada	50
		A metodologia apresentada é descrita de forma geral, não permitindo um entendimento claro sobre os procedimentos, atividades, resultados, competências, responsabilidades ou interdependências que eventualmente a constituam	25

A pontuação neste subfator terá um valor atribuído de acordo com a tabela acima referida (1.4.3 = Pontuação)

(1.4.4) Subfator – Metodologia complementar

O subfator de avaliação 1.4.4, permite a especificação, para o lote a que concorre, da metodologia aplicada aos serviços complementares (Serviços de levantamento da situação atual, serviços de planeamento e gestão, serviços de operação, etc), de acordo com a seguinte tabela:



Subfator	Ponderador	Escala de avaliação	Pontuação
(1.4.4) Metodologia complementar	10%	A metodologia é apresentada de forma detalhada, explicando claramente todos os procedimentos, atividades, resultados, competências, responsabilidades ou interdependências, que eventualmente a constituam, concretizando com exemplos adequados, a forma como se desenvolve o projeto, incluindo observações na sua abordagem	100
		A metodologia é apresentada de forma detalhada, estando bem estruturada, especificando claramente a maioria dos procedimentos, atividades, resultados, competências, responsabilidade ou interdependências que eventualmente a constituam	75
		A metodologia apresentada, bem como as suas diversas componentes, é descrita de forma geral, embora bem estruturada	50
		A metodologia apresentada é descrita de forma geral, não permitindo um entendimento claro sobre os procedimentos, atividades, resultados, competências, responsabilidades ou interdependências que eventualmente a constituam	25

A pontuação neste subfator terá um valor atribuído de acordo com a tabela acima referida (1.4.4 = Pontuação)

(2) FATOR 2 – PREÇO

O fator de avaliação 2 - Preço, avaliará, para o lote a que concorre, as várias componentes de preço dos serviços propostos pelo concorrente de acordo com a seguinte tabela:



Fator de Avaliação	Ponderadores dos fatores	Nível de aceitação
(2) Preço	40%	n/a

1. Para o cálculo dos preços dos serviços de infraestrutura de cada concorrente, referentes aos **lotes 1,2,3 e 4** respetivamente, considera-se os elementos representados na seguinte fórmula:

$$\text{Preço Proposto (Infraestrutura)} = 40\% \times A + 20\% \times B + 20\% \times C + 20\% \times D$$

A = Pacote Base (1 vCPU, valor compreendido no intervalo [7;8] GB RAM e 1TB de Storage)

B = Preço mensal unitário para cada vCPU, incluindo *setup*, ou seja:

$$B = 20\% \times ((a \times \text{pond } \beta \text{ 0,10}) + (b \times \text{pond } \beta \text{ 0,20}) + (c \times \text{pond } \beta \text{ 0,30}) + \dots)$$

B = Preço mensal unitário de vCPU, incluindo <i>setup</i>					
	1 a 20 vCPU	21 a 40 vCPU	41 a 100 vCPU	101 a 200 vCPU	Mais de 200 vCPU
	Ponderadores (β) ²				
	0,10	0,20	0,30	0,20	0,20
Preço unitário de vCPU ³	a	b	c	d	e

¹ O β é definido com base na previsão de utilização do serviço

² O preço proposto deve ser indicado à unidade

C= Preço mensal unitário por cada GB de RAM, incluindo *setup*, ou seja:

$$C = 20\% \times ((a \times \text{pond } \beta \text{ 0,05}) + (b \times \text{pond } \beta \text{ 0,08}) + (c \times \text{pond } \beta \text{ 0,10}) + \dots)$$



C = Preço mensal unitário de RAM, incluindo <i>setup</i>								
De 9 a 16 GB RAM	De 17 GB a 32 GB RAM	De 33GB a 64 GB RAM	De 65 GB a 128 GB RAM	De 129 GB a 256 GB RAM	De 257 GB a 512 GB RAM	De 513 GB a 1024 GB RAM	De 1025 a 2048 GB RAM	
Ponderadores (β) ²								
0,05	0,08	0,10	0,20	0,25	0,15	0,10	0,07	
Preço unitário de RAM (1GB) ³	a	b	c	d	e	f	g	h

² O β é definido com base na previsão de utilização do serviço

³ O preço proposto deve ser indicado à unidade (1GB) ainda que o consumo seja feito por escalão.

D= Preço mensal unitário por unidade³ de *Storage*, incluindo *setup*, ou seja:

$$D = 20\% \times ((a \times \text{pond } \beta \ 0,15) + (b \times \text{pond } \beta \ 0,20) + (c \times \text{pond } \beta \ 0,30) + \dots)$$

D = Preço mensal unitário de <i>Storage</i> , incluindo <i>setup</i>					
De 2 a 25 unidades ⁴	De 26 a 250 unidades ⁴	De 251 a 500 unidades ⁴	De 501 a 750 unidades ⁴	Mais de 751 unidades ⁴	
Ponderadores (β) ²					
0,15	0,20	0,30	0,20	0,15	
Preço unitário de <i>Storage</i> ³	a	b	c	d	e

¹ O β é definido com base na previsão de utilização do serviço

² O preço proposto deve ser indicado à unidade

³ Uma unidade equivale a 1TB de *Storage*

Os preços apresentados pelo concorrente, para o lote ao qual concorre, serão valorizados de acordo com o Preço Base e o Preço Anormalmente Baixo. Assim, as propostas são avaliadas pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Preço} = \left(\frac{\text{PBase} - \text{PConcorrente}}{\text{PBase} - \text{PAB}} \right) \times 100$$



Sendo que:

PBase - representa o Preço Base estabelecido para o lote a que concorre

PAB - representa o Preço Anormalmente Baixo

PConcorrente - representa o Preço proposto

2. Para o cálculo dos preços dos serviços de plataforma de cada concorrente, referentes aos **lotes 5 e 6** respetivamente, considera-se os elementos representados na seguinte fórmula:

$$\text{Preço Proposto (PLATAFORMA)} = 60\% \times A + 20\% \times B + 10\% \times C + 10\% \times D$$

A = Pacote Base (1 TB de Storage)

B = Preço mensal unitário por unidade³ de *Storage*, incluindo *setup*, ou seja:

$$B = 30\% \times ((a \times \text{pond } \beta \text{ } 0,15) + (b \times \text{pond } \beta \text{ } 0,20) + (c \times \text{pond } \beta \text{ } 0,30) + \dots)$$

B = Preço mensal unitário de <i>Storage</i> , incluindo <i>setup</i>										
						De 2 a 25 unidades ⁴	De 26 a 250 unidades ⁴	De 251 a 500 unidades ⁴	De 501 a 750 unidades ⁴	Mais de 751 unidades ⁴
						Ponderadores (β) ²				
						0,15	0,20	0,30	0,20	0,15
Preço unitário de <i>Storage</i> ³						a	b	c	d	e

¹ O β é definido com base na previsão de utilização do serviço

² O preço proposto deve ser indicado à unidade

³ Uma unidade equivale a 1TB de *Storage*

C = Preço hora/homem para serviços de gestão de bases de dados

D = Preço hora/homem para serviços de gestão de sistemas operativos



	C = Preço hora/homem para serviços de disponibilização e administração
Serviços de gestão de bases de dados	C

	D = Preço hora/homem para serviços de disponibilização e administração
Serviços de gestão de sistemas operativos	D

Os preços apresentados pelo concorrente, para o lote ao qual concorre, serão valorizados de acordo com o Preço Base e o Preço Anormalmente Baixo. Assim, as propostas são avaliadas pela aplicação da seguinte fórmula:

$$Preço = \left(\frac{P_{Base} - P_{Concorrente}}{P_{Base} - P_{AB}} \right) \times 100$$

Sendo que:

PBase - representa o Preço Base estabelecido para o lote a que concorre

PAB - representa o Preço Anormalmente Baixo

PConcorrente - representa o Preço proposto

3. Quando o preço proposto pelo concorrente seja inferior ao indicado como anormalmente baixo, caso a justificação para o mesmo seja aceite, a pontuação do referido fator será de 100.
4. Os preços a apresentar pelos concorrentes não incluem IVA.
5. Os preços devem ser apresentados em euros com apenas duas casas decimais.

Artigo 21.º Critério de desempate

Em caso de empate na ordenação das propostas em cada lote, serão considerados como critérios de desempate os seguintes, pela ordem indicada:

- Maior pontuação do concorrente no fator “procedimentos metodológicos da qualidade”;
- Maior pontuação do concorrente no fator “Preço”;
- .Soretio a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes.



Artigo 22.º Notificação da Decisão e Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes, para cada lote.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará os adjudicatários para apresentarem todos os documentos de habilitação de acordo com o artigo 77º do CCP.

Capítulo VI - Habilitação

Artigo 23.º Documentos de Habilitação

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os adjudicatários devem apresentar os seguintes documentos:
 - a) Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), conforme Anexo II ao presente programa de concurso.
 - b) Documentos referidos na alínea b) do nº 1 do artigo 81.º do CCP;
 - c) Quando a lei exigir aos concorrentes a titularidade de habilitações ou autorizações profissionais específicas para poderem prestar o objeto do contrato, deverá ser junto documento comprovativo do mesmo.
 - d) Certificação ou certificações ISO, em serviços *Cloud*, aplicadas ao objeto do concurso e exigidas como requisito mínimo.
 - e) Certificação Tier 2 ou documento comprovativo que ateste o nível de exigência mínimo de Tier 2, em serviços *Cloud*, aplicada ao objeto do concurso e exigida como requisito mínimo.
2. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos números anteriores.
3. Os documentos previstos nos números anteriores devem ser redigidos em língua portuguesa, sem prejuízo da possibilidade de apresentação de outros documentos em língua estrangeira, desde que acompanhados de respetiva tradução legalmente certificada.
4. A SPMS pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

Artigo 24.º Causas de não adjudicação

Não haverá lugar à adjudicação quando se verifique uma das causas previstas no art.79º do CCP.

Capítulo VII - Contratos

Artigo 25.º Aceitação da Minuta do Contrato

A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 26.º Reclamações da Minuta

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 27.º Outorga do Contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a. Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
 - b. Apresentados todos os documentos exigidos.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com antecedência mínima de cinco dias, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.



Capítulo VIII - Disposições finais

Artigo 28.º Entrada em vigor e divulgação dos Acordos Quadro

1. Os Acordos Quadro entram em vigor no dia seguinte ao da sua divulgação pela SPMS nos sítios da internet: www.catalogo.min-saude.pt e <http://spms.min-saude.pt/>.
2. Todas as alterações às condições iniciais dos contratos efetuadas através de aditamentos serão divulgadas pela mesma via. .

Artigo 29.º Modalidade jurídica do agrupamento de selecionados

Em caso de seleção, todos os membros do agrupamento selecionado, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do Acordo Quadro, na modalidade de consórcio externo.

Artigo 30.º Falsidade de Documentos e de Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

Artigo 31.º Legislação Aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se o previsto no CCP.



ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 57.º]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a. ...
 - b. ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b. Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
 - c. Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
 - d. Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
 - e. Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);



- f. Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
 - g. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do Artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
 - h. Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
 - i. Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
 - i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do Artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na aceção do Artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do Artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na aceção do Artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais, na aceção do Artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - j. Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como Concorrente, como concorrente ou como membro de agrupamento Concorrente ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no Artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como Concorrente, como concorrente ou como membro de agrupamento Concorrente ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do Artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do Artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 81.º do CCP]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
 - c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do Artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do Artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do Artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
 - d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do Artigo 562.º do Código do Trabalho (7);
 - e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);
 - f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como Concorrente, como concorrente ou como membro de agrupamento Concorrente ou concorrente, em



qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do Artigo 57.º

ANEXO III

(*) Preencher ficheiro *.xlsx com a designação “Anexo III – Modelo da Proposta” de acordo com o modelo:

ANEXO IV

EXPERIÊNCIA DOS RECURSOS EM PROJETOS DE NATUREZA SEMELHANTE

(consultar ficheiro Excel com matriz de preenchimento da experiência dos recursos em projetos de natureza semelhante)

ANEXO V

CERTIFICAÇÕES DOS RECURSOS DO CONCORRENTE

(consultar ficheiro Excel com matriz de preenchimento sobre as certificações dos recursos do concorrente nas tecnologias propostas)